



## Consulta pública «Modernização e Simplificação da Política Agrícola Comum»

### DESTAQUES

Principais dados:

**322 916 contributos** (incluindo grandes campanhas públicas)

**1 423 documentos de tomada de posição**

**58 520 respostas ao questionário em linha:**

o **21 386 agricultores (36,5 %)**

o **27 893 outros cidadãos (47,7 %)**

o **9241 organizações (15,8 %)** abrangendo empresas privadas, autoridades públicas, organizações comerciais, empresariais ou profissionais, ONG e plataformas e setor académico e de investigação.

### Grande interesse público pela agricultura, zonas rurais e PAC

A consulta pública sobre «Modernização e Simplificação da Política Agrícola Comum» confirma o grande interesse do público pela agricultura, os produtos alimentares e a PAC: os **322 916 contributos** recebidos incluem grandes campanhas organizadas e **58 520 respostas ao questionário em linha** de indivíduos e organizações, bem como **1423 documentos de tomada de posição**.

Este nível de participação excede as expectativas e é largamente superior ao nível de participação dos cidadãos da UE em consultas anteriores sobre o futuro da PAC (o debate público de 2010 recolheu 5700 contributos).

Mais importante ainda, com esta consulta pública, a Comissão Europeia conseguiu reunir o **mais vasto leque possível de pontos de vista e preocupações** sobre a agricultura da UE e **alargar o debate sobre a PAC ao público em geral**.

Este grande interesse geral da sociedade revela uma vez mais que a agricultura e a PAC dizem respeito a toda a sociedade europeia e que os impactos da PAC vão muito para além da população agrícola.

## **Manutenção de uma Política Agrícola Comum forte a nível da UE**

Os resultados da consulta pública revelam um grande interesse na manutenção de uma **política comum da UE nos domínios da agricultura e do desenvolvimento rural**. Verifica-se assim a emergência de um consenso sobre o **valor acrescentado da PAC a nível da UE**.

A necessidade de garantir condições de concorrência equitativas no âmbito do Mercado Único e a existência de desafios transfronteiras como a segurança alimentar, o ambiente ou as alterações climáticas (com uma resposta positiva de mais de 90 % dos inquiridos) surgem como as razões-chave que justificam uma política agrícola gerida em comum a nível da UE. Outras justificações incluem a necessidade de uma posição comum a nível internacional (83 %), a necessidade de manter a coesão económica, social e territorial em toda a UE (86 %), bem como a necessidade de um quadro de referência comum para a partilha de boas práticas (91 %). Verifica-se também um amplo apoio a um orçamento comum, uma vez que este é considerado mais eficaz (62 %).

Além disso, com um consenso entre as várias partes interessadas, a UE emerge como o nível adequado de governação para atenuar o impacto das alterações climáticas e permitir a adaptação às mesmas (85 %), contribuir para um nível elevado de proteção do ambiente em toda a UE (73 %), enfrentar as incertezas do mercado (67 %) e incentivar a oferta de produtos saudáveis e de qualidade (62 %). Os pontos de vista divergem entre os agricultores e os outros cidadãos no que diz respeito à garantia de um nível de vida equitativo para os agricultores, à garantia de um abastecimento de alimentos a preços razoáveis e ao desenvolvimento das zonas rurais.

Embora se verifique um consenso quanto à necessidade de uma ação da UE (e uma oposição clara à renacionalização da política), as posições expressas por partes interessadas organizadas diferem no que diz respeito à distribuição de responsabilidades entre a UE e os Estados-Membros: embora algumas partes interessadas apelem a uma maior flexibilidade a nível nacional/regional a fim de adaptar a execução da política às suas necessidades locais específicas, outras organizações apelam a uma maior ação a nível da UE a fim de garantir condições de concorrência equitativas.

## **Confirmação dos desafios futuros**

A consulta pública destaca os seguintes três desafios como sendo os mais prementes para a agricultura e as zonas rurais da UE: **um nível de vida equitativo para os agricultores, as pressões exercidas no ambiente e as alterações climáticas (atenuação e adaptação)**.

Simultaneamente, a consulta revela uma forte sensibilização da opinião pública para o facto de o nível do rendimento agrícola ser inferior em comparação com a média da UE (88 %) e de os agricultores receberem uma pequena parte do preço pago pelo consumidor (97 %), bem como para a existência de requisitos de produção mais rigorosos na UE do que fora da UE (87 %). O acesso à terra e a baixa rentabilidade são aspetos claramente identificados como os obstáculos mais importantes para se ser agricultor.

No que se refere aos desafios específicos em matéria de ambiente, os inquiridos (tanto

agricultores como não agricultores) dão uma clara prioridade à proteção da biodiversidade, à redução da degradação dos solos e a uma utilização mais sustentável dos pesticidas e adubos.

### **Necessidade de uma política mais simples e mais eficaz**

Os participantes na consulta pública consideram que o sucesso da atual **PAC em resposta a estes desafios é apenas parcial (57 %)**. Esta opinião é partilhada entre as diferentes categorias de inquiridos (agricultores, outros cidadãos e organizações).

Todas as categorias de inquiridos (agricultores, outros cidadãos e organizações) estão de acordo em responder negativamente quando avaliam em que medida a atual PAC responde aos desafios ambientais (63 %).

O excesso de burocracia e a falta de atenção à sustentabilidade são frequentemente apontados como os principais problemas/obstáculos que impedem que a atual política atinja os seus objetivos. Ao mesmo tempo, a «ecologização», os pedidos de ajuda e os controlos são considerados os elementos mais onerosos e complexos. Verifica-se um apelo generalizado a uma redução dos encargos administrativos nos documentos apresentados pelos agricultores e pelas administrações públicas.

### **Perceções diferentes sobre a economia e o ambiente...**

Quando questionados sobre as **contribuições dos agricultores para a nossa sociedade**, as opiniões divergem: os agricultores consideram-se responsáveis pelo fornecimento de produtos saudáveis, seguros e diversificados, bem como por garantir a disponibilidade de alimentos em quantidade suficiente; os outros cidadãos também consideram que os agricultores são fornecedores de produtos saudáveis e seguros, mas este papel produtivo está associado à responsabilidade de proteger o ambiente e de assegurar a saúde e o bem-estar dos animais.

Estes diferentes pontos de vista traduzem-se também na definição dos **objetivos da PAC**: enquanto os agricultores centram a sua atenção na garantia do seu nível de vida equitativo, outros cidadãos prestam mais atenção ao fornecimento de produtos saudáveis e de qualidade e à contribuição para um elevado nível de proteção do ambiente.

As opiniões dos inquiridos divergem também quando se trata de examinar o papel da PAC em relação às **10 prioridades da Comissão para 2014-2020**: enquanto os agricultores consideram que a PAC deveria envidar mais esforços para promover o investimento, o crescimento e o emprego, bem como para reforçar o Mercado Único da UE, os outros cidadãos centram a atenção na atenuação do impacto das alterações climáticas e na adaptação às mesmas, bem como no fornecimento de energias renováveis.

### **... e novas exigências sociais**

No entanto, para além dos objetivos económicos e ambientais já conhecidos, a consulta pública confirma que é necessário prestar maior atenção a novas exigências sociais no âmbito da Política Agrícola Comum.

O bem-estar dos animais, a agricultura biológica e os produtos de qualidade surgem como exigências para novos objetivos da PAC. A proteção dos consumidores e a incorporação de normas de saúde são também aspetos que constam dos contributos escritos apresentados pelos

participantes não agricultores e por algumas partes interessadas.

## **Acordo sobre a necessidade de uma PAC moderna e mais simplificada**

Os participantes na consulta pública concordam com a necessidade de apoiar o rendimento dos agricultores (66 %), bem como com a necessidade de melhorar a posição dos agricultores nas cadeias de valor (96 %), de apoiar investimentos específicos (81 %) e de melhorar os efeitos benéficos no que diz respeito ao ambiente e ao clima (77 %).

Quando inquiridos sobre os critérios que deveriam ser utilizados para a atribuição de apoio direto, os agricultores dão uma clara preferência à compensação da atividade agrícola em zonas com condicionantes naturais/zonas de grande valor natural, estabelecendo limites para o apoio a grandes beneficiários (limites máximos) e apoiando os jovens agricultores. Os outros cidadãos consideram que as práticas com os maiores benefícios ambientais, bem como os pequenos produtores, merecem atenção quando da atribuição de apoio direto.

Os recursos hídricos (qualidade e quantidade), a proteção dos solos e a biodiversidade emergem claramente como os objetivos ambientais mais relevantes no âmbito da PAC. Em paralelo, as ações consideradas mais relevantes para responder melhor às alterações climáticas são a redução das emissões de GEE, o armazenamento e fixação de carbono, a adaptação às alterações climáticas, bem como a diversificação dos sistemas de exploração agrícola. Neste domínio, os agricultores concordam em larga medida que a PAC seria mais simples se fosse dada uma maior escolha em termos de medidas ambientais.

Por último, em termos de sugestões específicas de simplificação, há um claro consenso entre as partes interessadas sobre os efeitos positivos da redução das sobreposições entre as medidas de desenvolvimento rural e outras medidas da PAC (69 %), de uma melhor utilização das bases de dados e tecnologias (teledeteção, telefones inteligentes) para reduzir a frequência das inspeções das explorações (62 %), bem como de uma utilização mais alargada de instrumentos de administração pública em linha (63 %).

### **Próximas etapas**

As respostas à consulta pública em linha, bem como uma síntese dos resultados da consulta pública aberta, serão publicadas no seguinte endereço:

<https://ec.europa.eu/agriculture/consultations/cap-modernising/2017> en

Os resultados da consulta pública em linha, juntamente com outras ações de consulta, contribuirão para a Comunicação «Modernização e Simplificação da Política Agrícola Comum», bem como para a avaliação de impacto sobre o futuro da PAC.

*As contribuições recebidas no âmbito da consulta pública não podem ser consideradas como constituindo a posição oficial da Comissão Europeia e dos seus serviços.*